

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES QUE TRATEM DA CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS, FINANCEIROS E CREDITÍCIOS - CESUBCRE

INSTALAÇÃO: 16/4/2019

OBJETO DE TRABALHO DA COMISSÃO: analisar proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios.

PRAZO: Sem prazo.

PLANO DE TRABALHO

Apresentamos aos ilustres membros desta Comissão Especial proposta preliminar para avaliação e discussão das proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios no âmbito desta Comissão Especial (CESUBCRE).

Pretendemos estruturar nosso trabalho tendo, ao menos, quatro diretrizes claras a respeito do tema em análise:

(1) Diagnóstico do quadro atual dos subsídios tributários, financeiros e creditícios, identificando:

- a. Principais subsídios em vigor;
- b. Recursos públicos mobilizados;
- c. Impactos mensurados.

(2) Identificação dos principais gargalos e desafios atualmente existentes no que se refere à transparência e ao controle dos subsídios;

(3) Mapeamento e análise das principais proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional voltadas ao controle e ao monitoramento de subsídios;

(4) Apresentação de proposições e sugestões de encaminhamento legislativo das matérias discutidas no âmbito desta Comissão, inclusive fórmulas de acompanhamento e controle de subsídios.

Para a racionalização dos trabalhos, diante de uma temática tão

ampla, sugiro, com fundamento no art. 57, II, do RICD, a esta Comissão especial, a designação de dois relatores parciais para as seguintes matérias:

- 1) Subsídios tributários (gastos tributários/ renúncia de receita)
e
- 2) Subsídios financeiros e creditícios.

Com base nessas diretrizes, propomos a seguinte divisão dos trabalhos:

1ª FASE – REUNIÕES DE TRABALHO COM AUTORIDADES PÚBLICAS, ESPECIALISTAS E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Sugerimos, para a análise da Presidência e dos ilustres membros desta Comissão, a realização de audiências com seguintes participantes:

- i) Secretário Especial da **Receita Federal do Brasil**, Sr. Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque ou representante por ele indicado
- ii) Presidente do **Tribunal de Contas da União**, Sr. José Múcio Monteiro, ou representante indicado pelo Tribunal;
- iii) Presidente do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Sr. Carlos von Doellinger, ou representante indicado;
- iv) Diretor da **Instituição Fiscal Independente**, Sr. Rodrigo Octávio Orair, ou representante indicado;
- v) Representante do **Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)**
- vi) Secretário(s) de Fazenda de Município(s) a ser(em) designado(s) pela **Confederação Nacional dos Municípios**;
- vii) Representantes da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**;
- viii) Representante da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da **Ordem dos Advogados do Brasil**;
- ix) Representante da **Controladoria-Geral da União**;

x) Secretário Executivo do **Ministério da Economia**, Marcelo Pacheco dos Guarany;

xi) Representante da **Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria** do Ministério da Economia;

xii) Representante da **Casa Civil** da Presidência da República.

Além de participar de audiência pública a ser deliberada por esta Comissão, os convidados poderão oferecer sugestões e contribuições por escrito para o aprimoramento institucional do acompanhamento e do controle de subsídios no Brasil.

2ª FASE – APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS PARCIAIS

Apresentação dos Relatórios parciais – sobre subsídios tributários e sobre subsídios financeiros e creditícios – para analisar as principais proposições legislativas em andamento nas respectivas áreas e oferecer as sugestões e encaminhamentos que julgarem pertinentes.

3ª FASE – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Apresentação do Relatório Final para discussão e votação, consolidando as conclusões, análises e propostas oferecidas pelos Relatores parciais e, se for o caso, oferecendo, sugestões de encaminhamento legislativo a respeito das proposições analisadas e proposição legislativa sintetizando as conclusões da Comissão Especial.

CRONOGRAMA:

Audiências	Até 28/6/2019
Entrega dos relatórios parciais	Até 13/7/2019
Entrega do relatório final	Até 17/8/2019
Discussão e votação do relatório final	Até 30/8/2018

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado ORLANDO SILVA